



# Anais da Assembléia

N. 58

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 46.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE JUNHO DE 1987

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos e Djalma de Almeida César (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

Mensagem n. 49/87

Curitiba, 26 de maio de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convê-

nios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios de APUCARANA, CAMBÉ, CAMPO MOURÃO, CASCAVEL, CURITIBA, FAXINAL, IBAITI, IVAIPORÁ, JACAREZINHO, LONDRINA, MARINGÁ, MEDIANEIRA, PARANAGUÁ, PALMEIRA, PEABIRU, PORECATU, PONTA GROSSA, ROLÂNDIA, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, TELEMACHO BOREA, TOLEDO, URAÍ e UMUARAMA, todos datados de 25.02.86, objetivando cessão de equipamentos esportivos, de acordo com o "Projeto de Polarização do Esporte" e, ainda, do Convênio celebrado em 09.07.86, com o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando repasse de verba para implantação do "Projeto Futuro".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

### Ofício:

#### OFÍCIO

Sob o n. DTL/46/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n. 205/86, o qual convertido em Lei tomou o número 8.483.

Anote-se. Arquive-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 050/87, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO PARANÁ - SEIC", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 287/85, que declara de Utilidade Públi-

ca a "ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 270/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de São José dos Pinhais", com sede em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a mudança do número de 13 para 7 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar possíveis irregularidades no contrabando de soja, café e outros produtos, no Entreponto Paranaguá e Paraguai.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado Criminalista MÁRIO JORGE, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB

#### JUSTIFICATIVA:

MÁRIO JORGE se notabilizou, desde o tempo de estudante de Direito, pela combatividade com que se distinguia como orador soberbo do Júri e vigoroso lutador pela revisão de processos criminais nos quais julgava não ter sido feita justiça, principalmente para denunciados mais humildes.

Assim, lutou durante 15 anos pela revisão criminal, que acabou inocentando uma pessoa (no caso famoso "BARBOSA PARANÁ"), um jornalista de Ponta Grossa, injustamente acusado durante uma querela de Província.

Outros casos em que se notabilizou o causídico desaparecido foram o "Crime do Carteiro", o caso "Lira", e outros casos célebres que o notabilizaram como defensor, principalmente dos fracos e oprimidos.

Fez Júris em todo o Estado do Paraná.

Sua morte enluta, portanto, a comunidade paranaense, que chora a perda de um dos filhos queridos, expressão da democracia judiciária, que lutamos para realizar em favor dos desprotegidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento do líder evangélico Pedro Moura, que atuou como Pastor em várias Igrejas exercendo com dinamismo e brilhantismo seu apostolado.

O lamentável fato ocorrido no dia 30 transato, deixa a comunidade cristã pesada e consternada.

REQUER, ainda, após aprovado o requerimento se dê ciência da decisão da Casa à viúva, Professora Dirce Bellesi Moura.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Oleksa Skorboharty, (Alex do Pinheiros) ocorrido nesta Capital em 26 do corrente.

REQUER, também, que do presente se dê ciência aos familiares do Senhor Oleksa, bem como à Diretoria do Esporte Clube Pinheiros.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Oleksa Skorboharty, polonês de nascimento - nascido na cidade de Racozec, no dia 9 de novembro de 1938 - veio para o Brasil, onde se naturalizou.

Em nosso País, se tornou um profissional do futebol, e com o apelido de "Alex" ficou conhecido e famoso em todo o Brasil, mormente pela sua criatividade, e pelas suas jogadas magistrais, que encantavam e fazia vibrar as multidões que compareciam aos estádios de futebol para assisti-lo.

Em nosso Estado, "Alex", atuou pelo Operário de Ponta Grossa e também pelo Pinheiros (antigo Água Verde).

"Alex" teve, anteriormente brilhante passagem pelas equipes do Botafogo e do Corinthians paulista.

Nos anos 60, "Alex" formou uma grande linha de frente jogando ao lado de Sílvio, Leocádio e Otavinho, na equipe do Operário, de Ponta Grossa.

Em Curitiba, teve brilhante passagem pelo Pinheiros onde jogou de 1967 a 1976, quando encerrou sua carreira e passou a

trabalhar no almoxarifado do clube.

"Alex" chegou a dirigir equipes inferiores do clube e trabalhou algumas semanas com o elenco de profissionais.

"Alex" faleceu em Curitiba, depois de permanecer internado durante 21 dias, no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, vítima de câncer no estômago.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Helena Maranhão Bussmann, ocorrido nesta Capital em 28 de maio do corrente.

REQUER, também, que do presente se dê ciência ao: Tenente Coronel Janari Bussmann, Comandante do Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado no Município de Maringá; e ao Senhor James Bussmann, Gerente da Caixa Econômica Federal, em Jardim Alegre, ambos, filhos da falecida.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Dona Helena Maranhão Bussmann, paranaense, nascida em 13 de novembro de 1920, na cidade de Paranaguá, teve ao longo de sua vida, grande participação em ações de caráter social e filantrópico, pois sempre desenvolveu, junto ao seu esposo (que era político), tal mister.

Dona Helena, foi ex-moradora de Jardim Alegre, onde seu esposo foi candidato a prefeito e também primeira dama, em Campo Tenente.

O seu marido, Vitor Bussmann, foi o primeiro Prefeito de Campo Tenente, tendo posteriormente residido em Jardim Alegre, onde foi candidato a prefeito, além de também ter sido o agente dos Correios e Telégrafos daquela localidade.

Ao falecer, Dona Helena deixa inúmeros amigos e companheiros, que atestam a sua importante obra, em todos os lugares por onde passou.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Edmundo Baade, ocorrido em nossa Capital, em 1.º junho do corrente.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência a Senhora Lucy Baade, esposa do falecido, residente à Rua Doutor Carneiro Filho, n. 127, Bairro Água Verde, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Edmundo Baade, sempre se dedicou à nobre atividade da marcenaria, trabalho este que dado o seu esmero inusitado o colocou sempre em destaque, entre os maiores profissionais do ramo.

Fruto de sua competência e perícia nas lides da marcenaria, realizou majestosa obra decorando lares de brasileiros espalhados por este Brasil afora.

Com o seu falecimento, o Senhor Edmundo deixa incontáveis amigos e inconformados familiares que se ressentirão da sua ausência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do advogado Mário Jorge.

O passamento do ilustre Advogado veio abrir uma enorme lacuna no seio da família paranaense, inclusive difícil de ser preenchida, principalmente na área jurídica, em que o extinto gozava do mais alto conceito junto à comunidade, onde era considerado benemérito, sempre ligado às causas humanitárias, militando sempre em favor dos menos favorecidos, para os quais, sempre emprestou o brilho de sua cultura jurídica.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado Criminalista Dr. Mário Jorge, ocorrido nesta capital.

Mário Jorge era um dos mais brilhantes e combativos especialistas do Direito Penal em nosso Estado, tendo se colocado à frente de memoráveis lutas, na defesa dos cidadãos mais humildes que, por alguma circunstância, se vissem atingidos por acusações penais. Ao longo de uma carreira pontuada de sucessos, ele se destacou como um profissional lúcido, vigoroso, sempre pronto a defender os ideais da Justiça e da equidade. Por isso, seu falecimento cobre de luto a comunidade e os meios jurídicos de nossa terra.

Finalmente, REQUER que desta manifestação seja dado conhecimento à família do ilustre concidadão desaparecido.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata de trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Balduino Vidal Neto pessoa de família tradicional de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Vereador Balduino Vidal Filho, residente à Rua Barão do Rio Branco, n. 1820, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ACYR MEZZADRI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, um voto de congratulações pela comemoração dos 40 anos de existência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. A crescente atuação destes Engenheiros muito tem contribuído para o pujante crescimento da agricultura no progressivo estado agrícola do Paraná.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência à referida Associação, através do seu Presidente, Adolar Francisco Adur.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações à Ingá - Companhia de Desenvolvimento Industrial, pelo brilhantismo com que vêm desenvolvendo seus trabalhos tendo como fundamental exemplo, o "Projeto Stevia", iniciativa privada de alcance nacional.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Diretor Presidente, Dr. Raymundo do Prado Vermelho.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Ao final da década de 70, um grupo de cientistas, técnicos e professores da Universidade Estadual de Maringá - (UEM) desenvolveu sofisticada tecnologia, para extrair das folhas da planta Stevia, um novo tipo de adoçante natural, não calórico e inócuo à saúde, o steviosídeo.

Esta planta já era conhecida no Japão, mas não tinha similar no Ocidente. Uma vez que a produção japonesa é totalmente absorvida no próprio Oriente, se fazia necessário desenvolver um trabalho industrial para alcançar não só nosso mercado interno, mas também o atraente e imenso potencial do mercado externo.

A criação da Ingá Stevia Industrial S/A, deu-se em 21 de julho de 1986 e contando com a assessoria de toda a equipe de cientistas que desenvolveu a tecnologia de extração do Steviosídeo, estará já em novembro de 1987, processando 2 toneladas de folhas de stevia por dia, significando que produzirá em torno de 200Kg/dia de steviosídeo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, após manifestação do Plenário, o envio à nobre Assembléia Nacional Constituinte, através dos Senhores Relatores de Comissões Temáticas pertinentes e à Banca Federal do Paraná, das inclusas propostas formuladas por entidades representativas da Polícia Civil do Paraná, conforme documentação anexa.

Os pedidos em causa se justificam em seu próprio desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### ANEXOS:

1. Ofício da Associação dos Delegados e União da Polícia Civil.
2. Emendas do Deputado Constituinte José Tavares aprovadas.
3. Súmula de telex aos Constituintes do Paraná.
4. Súmula do telex ao Senador José Richa.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Anibal Khury  
Assembléia Legislativa do Estado  
CAPITAL

Senhor Deputado

As classes policiais civis, que sempre tiveram no ilustre Deputado um permanente defensor, vêm, mais uma vez postular seu prestígio à proposta que institui o quinto constitucional para participação de Delegados de Polícia na magistratura estadual. Pleiteamos o encaminhamento deste ao Senador José Richa.

(aa) Duas Assinaturas Ilegíveis

Curitiba, 01 de junho de 1987.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Anibal Khury  
Assembléia Legislativa do Estado  
CAPITAL.

Senhor Deputado

As classes policiais civis, que sempre tiveram no ilustre Deputado um permanente defensor, vêm, mais uma vez, postular seu apoio para a questão que passam a expor:

Entre as propostas colocadas a exame da Comissão Constitucional da Organização Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições, constam as que dizem respeito à organização policial. No entanto, as posições até aqui fixadas sobre a matéria, além de tímidas, revelam omissões e lacunas que se não sanadas, serão causa de inúmeras dificuldades futuras.

Visando corrigir distorções que são manifestas, o Deputado José Tavares, louvado em seu reconhecido conhecimento da área a mercê de seu alto espírito público, apresentou à mencionada Comissão diversas propostas, que estão a merecer total apoio.

Por essas razões é que solicitamos não só o seu apoio pessoal, mas de toda Banca Estadual, no sentido de que venham ser enfaticamente prestigiadas as propostas do eminente Deputado José Tavares, porque atendem os melhores interesses da sociedade brasileira.

(aa) Duas Assinaturas Ilegíveis

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia das Instituições

Emenda aditiva ao art. 21 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Acrescente-se ao Art. 21 o seguinte Parágrafo Único:

§ Único - Lei complementar estabelecerá normas gerais relativas à organização, ao funcionamento, à hierarquia, à disciplina, aos deveres, às obrigações e às vantagens das Polícias Civis.

Justificativa:

Quanto à elaboração de uma Lei Orgânica de âmbito nacional, afigura-se necessária a sua existência, para que sejam estabelecidas as regras gerais para efeito de sua uniformidade, ficando às unidades federativas complementá-las e respeito às peculiaridades regionais.

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia das Instituições

Emenda Substitutiva ao art. 21 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Dê-se ao Art. 21 a seguinte redação:

"As Polícias Civis dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal atuarão exclusivamente, na prevenção e repressão criminal, exercendo as atribuições de polícia administrativa, de segurança e judiciária na apuração das infrações penais, sob o comando dos Governos Estaduais".

Justificativa:

Um ramo da Polícia deve ser judiciário, porque atua quando o fato delituoso já aconteceu, realiza investigações, prepara as provas e apresenta o responsável ao judiciário para a materialização da justiça penal.

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia das Instituições

Emenda substitutiva ao art. 20 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

O § 1.º do Art. 20 passa a ter a seguinte redação:

"As Forças Policiais exercerão exclusivamente as atividades de policiamento ostensivo".

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia das Instituições

Emenda substitutiva ao art. 18 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

"Art. 18 - A Segurança Pública é a proteção que o Estado proporciona à Sociedade para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia Federal;
- II - Forças Policiais;
- III - Corpos de Bombeiros;
- IV - Polícias Civis;
- V - Guardas Municipais.

Justificativa:

Não vejo razão para alterar a atual e consagrada denominação Polícias Civis. Registro inclusive, a contrariedade da própria instituição quanto à sua alteração,

que em nada contribuirá para melhorias dos serviços a eles atinentes.

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

# ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia das Instituições

Emenda substitutiva ao Art. 22 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Dê-se ao Art. 22 a seguinte redação:

Art. 22 - Os Municípios poderão criar e montar, conforme se dispuser em lei, serviços de Guarda Municipal, sob a orientação das Polícias Civis.

Justificativa:

A razão que nos leva a institucionalizar as guardas municipais não é outra senão a de se prover os municípios de mais um instrumento de defesa da sociedade. Em muitos municípios brasileiros a falta de segurança é absoluta. As Polícias Estaduais se mostram inoperantes e insuficientes. Daí a razão de permitir que os municípios, que livremente e, segundo às suas conveniências e realidades, quiserem instituir guardas para buscar a melhoria da segurança da sua população poderá fazê-lo. É este o espírito dessa nova emenda.

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

# ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Deputado JOSÉ TAVARES - PMDB  
Comissão da Organização Eleitoral,  
Partidária e Garantia dos Estados

Emenda substitutiva ao art. 20 do Anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Onde se lê "Sob a autoridade dos Governadores dos Estados Membros" leia-se: "Sob o comando dos Governos Estaduais".

Justificativa.

A razão desta emenda é muito simples. Se permanecer a subordinação aos Governadores das duas Polícias, a Secretaria de Segurança Pública desaparecerá e isto, será muito ruim. Primeiro porque a experiência com o advento das Secretarias de Segurança Pública tem se mostrado positiva. Segundo, porque no meu entendimento é indispensável um único órgão a coordenar, dirigir, comandar e fiscalizar as duas polícias. Seria desastroso, de alguma maneira, nós contribuirmos para o esvaziamento ou quem sabe até a extinção da Secretaria da Segurança Pública. Nunca é demais lem-

brar que nos dias atuais, depois de muita luta, estamos vivendo sob os ares da democracia. E portanto, a figura do Secretário da Segurança Pública é necessária por ser um cargo civil que permanecendo prestigiado terá autoridade e comando sobre a corporação militar. Daí a razão dessa nossa emenda subordinando as duas polícias ao comando dos Governos Estaduais.

(a) ASSINATURA ILEGÍVEL

Súmula do Telex (n. 1)

AO SENADOR JOSÉ RICHÁ

Relator da Comissão de Organização do Estado.

Tendo em vista a aprovação do relatório referente a proposta relativa a instituição do quinto constitucional constituído por Delegados de Polícia solicitamos o apoio de Vossa Excelência e o seu apoio à iniciativa.

Súmula de Telex (n. 2)

PARA A BANCADA FEDERAL DO PARANÁ

A Assembléia Legislativa aprovou em sessão de 1.º de junho de 1987, proposição do Deputado Anibal Khury a moção de apoio e prestigiamto às Emendas de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES que visam o aperfeiçoamento da instituição Policial Civil.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor NAILOR CORAL, Chefe da Residência do Departamento Nacional de Produção Mineral, requerimento no sentido de urgenciar providências para a implementação do Projeto Arquitetônico da Estância Hidro-Termal Verê Ltda.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Arquitetônico da Estância Hidro-Termal Verê Ltda, no Município do mesmo nome, foi uma antiga reivindicação comunitária, assumida pela municipalidade atual. Reveste-se o projeto de grande importância para Verê, não apenas pelo imenso potencial regional mas também pela facilitação do acesso de pessoas ou grupos interessados em investir no desenvolvimento turístico, industrial e comercial da Estância Hidro-Termal.

Plenamente justificada esta solicitação, urge compelir através de prontas medidas, o concessionário a apresentar um organograma para o desenvolvimento e conclusão do referido projeto, dentro de um prazo pré-estabelecido, como forma de impedir a caducidade do seu título de lavra, conforme art. 105 do Regulamento do Código de Mineração.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal do Verê, bem como à Câmara dos Vereadores do respectivo Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, envio de expediente ao DER, solicitando o asfaltamento da avenida Independência, no Bairro São Cristóvão, município de Capanema, Cidade do mesmo nome, por ocasião da pavimentação da estrada que liga Capanema à Marmelândia, município de Realeza.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da citada rodovia está nos planos futuros do DER, tendo como uma das prováveis saídas da Cidade de Capanema, a avenida Independência, razão pela qual se o DER asfaltar esta Avenida estará optando pela melhor saída e auxiliará o Município de Capanema que não dispenderá outros recursos para o asfaltamento daquela avenida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente à TELEPAR, solicitando modificações no sistema de telefonia rural do Município de Capanema, tornando-o direto, possibilitando que as ligações sejam feitas diretamente, sem o auxílio da telefonista.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores de Capanema aprovou requerimento neste sentido, pois conhecedores que somos daquela realidade, temos que considerar que realmente o tempo que se demora para conseguir uma ligação entre a sede do Município e os Distritos é muito grande, sendo que a distância quilométrica que separa os mesmos é pequena.

Tornar estas linhas diretas, é uma questão de modernidade, racionamento e bom senso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após a manifestação da Assembléia, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Doutor Antônio Acir Breda, e ao Ilustríssimo Senhor Doutor Luiz Gonzaga Ferreira, Diretor da Assistência Judiciária Gratuita do Estado do Paraná à rua Ba-

rão do Rio Branco, nesta Capital, solicitando empenho para evitar a extinção do atendimento do período noturno na Assistência Judiciária, visto que esta medida - que pelo que se sabe já está em andamento - virá prejudicar mais uma vez a classe mais desprotegida socialmente, os pobres, que precisam trabalhar durante o dia e não dispõem de recursos para manter uma ação judicial, além do que prejudicará os estudantes-estagiários que abnegadamente prestam um relevante serviço à população carente de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA, mui digno MINISTRO DA FAZENDA, no sentido de que sejam feitos estudos para a viabilização, em caráter de urgência, de:

1. Extinção da incidência de correção monetária no período de 1.º de março de 1986 a 28 de fevereiro deste ano, sobre os saldos devedores relativos aos contratos firmados pelas pequenas e médias empresas;
2. Refinanciamento da dívida, com carência de pelo menos seis meses, com o seu pagamento em parcelas mensais num prazo não inferior a trinta e seis meses;
3. Que seja outorgado às pequenas e microempresas, no refinanciamento, idêntico tratamento ao oferecido aos agricultores no pertinente à correção e juros.

Da aprovação, Requer ainda, seja dado ciência aos ilustres Presidentes das Associações Comerciais e Industriais de Umuarama, de Curitiba, de Ponta Grossa, Maringá e Londrina, bem como ao Líder do Partido da Frente Liberal, na Câmara Municipal de Umuarama, digníssimo Vereador Sebastião Calixto Barbosa.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A crise que abala o comércio, as empresas e a indústria no Brasil, tem origem identificada na proposta heterodoxa da nossa economia, de março de 1986, a qual resultou, devido à má administração dos nossos governantes, no caos do setor.

Investiu-se muito com base na certeza de que o plano era estável, e que realmente a proposta era séria, e que não haveria mudanças nas regras do jogo. Mas, surpreendentemente, os empresários, comerciantes, enfim a população em geral presenciaram uma mudança drástica na economia, quando saímos da inflação "zero" e alcançamos taxas de 20 a 23% ao mês, como as



atingidas atualmente.

Diante destas modificações desastrosas, solicito e embaso a minha proposta, que é na verdade das Associações Comerciais, extraída da 42.<sup>a</sup> Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada no dia 29 último.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa o editorial de hoje do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 83/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarado de utilidade pública o "Clube de Oratória de Apucarana", com sede e foro no município de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube de Oratória de Apucarana, fundado em 09 de abril de 1984, é uma associação cultural que visa despertar o gosto pelo cultivo da palavra oral como uma das formas mais elevadas de manifestação do pensamento humano.

Considerado entidade de utilidade pública municipal de Apucarana pela Lei n. 59/84, vem reconhecidamente servindo à comunidade daquela cidade do Norte do Paraná.

A entidade atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define normas para declaração de utilidade pública.

Tendo em conta a importância da medida proposta, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Algaci Túlio, primeiro orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebo e tenho certeza de que os demais Parlamentares e o Governador Álvaro Dias também receberam cópia do pronunciamento feito pelo Vereador Roberto Affol-

ter, do município de Paranaguá, que vem em defesa dos interesses daquela cidade. E, neste momento, para que esta Casa mantenha também nos Anais, quero ler - na íntegra - este pronunciamento.

(Lê):

"Um amigo certa vez disse-me:

A moralidade é curta e dura pouco. E aqueles que mais pregam moralização, são os que mais se beneficiam. A cidade está vivendo isso...

Enquanto o jovem de Paranaguá bate de porta em porta, a procura de emprego e não encontra; enquanto os portuários lutam pela aprovação do seu quadro de pessoal e estão sendo enganados faz tempo, com a velha história de que o quadro já se encontra na PORTOBRÁS; enquanto os funcionários da COPASA, lutam para ser funcionários do Porto e recebem na COPASA mingua dos salários, abaixo de muita hora extra, e estão esperando faz tempo uma solução para o seu caso; enquanto os desempregados de Paranaguá vão ao Porto de Paranaguá e não conseguem sequer uma vaga para trabalhar numa empreiteira; enquanto se despede gente, funcionários do Porto, alegando situação irregular, o Superintendente do Porto, Francisco Deliberador, "Chiquito", coloca na Copasa, diretamente do Detran de Curitiba para Paranaguá, com salários de Cz\$8.000,00, os Srs. Emil Saca e Heber Luis Lourenço, este último lotado no Sema-pe, ramal 226 do Porto. Isto na realidade é um verdadeiro desrespeito ao povo de Paranaguá, um desrespeito ao portuário que sempre quis colocar um filho ou um parente seu na COPASA e nunca conseguiu. Um desrespeito ao funcionário da COPASA que não ganha Cz\$8.000,00. Um desrespeito ao jovem de Paranaguá que está desempregado há tempo e os diretores do Porto, lhe fecham a porta na cara quando pede uma vaga, dizendo que o Governador não permite contratações a ninguém.

Na certa o Sr. Francisco Deliberador está pensando que o povo de Paranaguá é bobo, quando começa a trazer devagarinho a sua turma. Todo mundo sabe na cidade que as demissões que podem ocorrer são simplesmente para colocar gente de Londrina, de Ibioporã, do DETRAN de Curitiba. O comentário está de boca em boca.

E para maior tristeza da cidade, os dois diretores do Porto, Albino e Nilo, assistem a tudo isso pacificamente, sem dizer nada, com medo de perder o cargo. Parece que estão agindo igual duas crianças, que se contentam com o primeiro pirulito que lhe dão. Não dizem absolutamente nada em favor do povo de Paranaguá, do portuário e do funcionário da COPASA.

O comentário na cidade é que os dois diretores estão de canetas vazias, não mandam nada, porque se mandassem mesmo,



resolveriam tudo, acabariam com as injustiças, teriam voz ativa e defenderiam em primeiro plano os portuários e funcionários da COPASA. As duas vagas e tantas outras seriam de nossos jovens de Paranaguá.

Na televisão, o Governador Álvaro Dias diz uma coisa, mas na prática é bem diferente. Repete-se a velha história de Mateus - Primeiro os meus, depois os teus. Convoco esta Casa de Leis a ficar em vigilância com os atos dessa Diretoria, com os atos desse Superintendente.

(Termina de ler).

Só para complementar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que esta é a posição do Vereador José Roberto Affolter em relação ao não aproveitamento do pessoal de Paranaguá nos órgãos ligados ao Porto.

Para finalizar, quero deixar aqui registrado também um voto de pesar porque Curitiba e a classe dos advogados perde hoje um grande defensor, o dr. Mário Jorge Ressler, advogado criminalista, criador do Programa "Culpado, Inocente", uma pessoa a quem Curitiba muito deve, em especial o povo mais pobre que sempre encontrou no escritório do dr. Mário Jorge uma porta aberta para sua defesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra do o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca. (Ausente).

Não se encontrando em Plenário, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PDS.

(Ausente).

Não se encontrando em Plenário, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PDS.

(Ausente).

Não se encontrando em Plenário, consulta a Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará o horário o Deputado Sabino Campos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra do Sr. Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

É impressionante como até hoje ainda sentimos os efeitos do mar de lama no qual estiveram envolvidas várias administrações públicas municipais nos velhos tempos da ditadura. É de deixar estarecido qualquer cidadão o fato de até hoje, passados vários anos, ainda continue a aparecer a corrupção deslavada que tomou conta de diversas prefeituras, naquela época.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os mesmos homens que partilharam, participaram e se beneficiaram de toda a roubalheira voltam a público com a mesma prática e com uma ousadia sem tamanho: tentam subornar e chantagear o Prefeito peemedebista de Toledo, o Sr. Albino Corazza Neto, homem de reconhecida honestidade e competência na administração do Município.

Mas se deram muito mal. Acostumados com a prática conivente e corrupta do Prefeito anterior, o Sr. Duílio Genari, não esperavam encontrar uma resposta tão firme, honesta e incorruptível na Prefeitura toledana.

Vamos então aos fatos, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

No último dia 20 de maio, quarta-feira, o Sr. Werner Keller, conhecido contador da cidade de Toledo e ex-sócio do Sr. Ildo Gozzo, compareceu ao gabinete do Prefeito de Toledo dizendo ter nas suas mãos documentos que poderiam cassar o mandato de Albino Corazza. Ameaçou ainda o Prefeito afirmando que se não retirasse os processos existentes, cerca de dez, contra a Imobiliária Sadiril, de propriedade do Sr. Ildo Gozzo e do ex-prefeito Duílio Genari, eles iriam cassar o mandato de Albino Corazza.

O tiro saiu pela culatra. Albino Corazza, ao invés de se intimidar com as ameaças do Sr. Werner Keller, tomou a decisão de tornar públicos todos os processos, e além disso convocou a imprensa e contou detalhadamente a tentativa de chantagem, mostrando inclusive as falcaturas cometidas pela Imobiliária Sadiril em conluio com o ex-prefeito Duílio Genari. Além disso, Albino Corazza solicitou à sua assessoria jurídica que notificasse judicialmente o Sr. Werner Keller, o Sr. Duílio Genari e o Sr. Ildo Gozzo, para que entregassem em juízo os documentos que dizem possuir. Na manhã de hoje o Juiz de Toledo, o Sr. Wilmar Maquiavelli deferiu a notificação e intimou os chantagistas a apresentarem a documentação num prazo de vinte e quatro horas no Fórum local.

E quais são os fatos que estes senhores não queriam que viessem a público e julgados pela justiça, e para isto chega-

ram ao ponto de tentar chantagear o Prefeito?

Vamos divulgá-los, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O ex-prefeito de Toledo, o Sr. Duílio Genari, privilegiou claramente nos loteamentos executados em Toledo a própria imobiliária da qual é sócio, a Sadiril. Dos loteamentos executados no Município, a partir de 1976, a Sadiril executou 36,2% dos mesmos, ou seja, dos sessenta e nove loteamentos efetuados a Sadiril executou vinte e cinco enquanto as demais doze imobiliárias realizaram apenas quarenta e quatro.

Nos loteamentos feitos pela Imobiliária Sadiril, principalmente no período em que Duílio Genari era o Prefeito, foi constatado que a Imobiliária devia e deve ao Município nada mais nada menos do que 12.345m<sup>2</sup> em lotes urbanos. Isto porque em cada loteamento a lei exige que seja doado à prefeitura 10% da área do loteamento, fora as ruas. E na verdade, em cada loteamento era doada área menor, chegando até o final do mandato do ex-prefeito a faltar uma área de 12.345m<sup>2</sup>. Esta ilegalidade era possível, Srs. Deputados, pois de um lado estava o Sr. Ildo Gozzo como sócio-proprietário da Imobiliária e, de outro, estava o Prefeito, Duílio Genari que, mais tarde ficou sócio daquele Imobiliária, conforme se verificou na Junta Comercial.

Além disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se contentando em doar área menor do que a lei previa, os lotes doados eram sempre os piores. Ou eram nos banhados ou eram no fundo dos loteamentos.

Chegou-se também ao cúmulo, do Sr. Ildo Gozzo vender, no loteamento do bairro Independência, por meio de contrato particular, as ruas daquele loteamento, a área verde e a área destinada à escola, num total de 105.398m<sup>2</sup> e averbou o tal contrato no Registro de Imóveis. A Prefeitura, através da atual administração, depois de saber da manobra entrou a Justiça para anular os contratos, pois aquele loteamento é povoado, as ruas estão abertas e era inconcebível concordar com tamanha safadeza. Na semana retrasada, o Juiz de Direito proferiu sentença reconhecendo que as ruas, a área verde e a área da escola pertencem à Prefeitura e, por ter o Registro de Imóveis averbado o contrato, destituiu a cartorária.

Mas, as irregularidades não param por aí. Em outro loteamento, na Vila Panorama, depois de assinar um termo de acordo e a planta de loteamento a Imobiliária Sadiril teve o descaramento de vender cinco lotes que pertenciam à Prefeitura para humildes trabalhadores. Por este roubo os sócios da imobiliária hoje estão respondendo inquérito policial.

E para completar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o ex-prefeito e o Sr. Ildo Gozzo, adotaram a prática de falsificar os próprios documentos da Prefeitura, como ocorreu no loteamento da Vila Panorama, quando alteraram "a posteriori" folhas do termo de acordo trocando a quadra doada à Prefeitura por outra de valor bem inferior.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Todos estes fatos estão comprovados documentalmente nos vários processos contra os acusados. Para nós eles não se constituem em surpresa pois já tínhamos conhecimento de outros processos de irregularidades cometidas pelo Sr. Duílio Genari no trato da coisa pública. O que nos causou estranheza, foi a desfaçatez e o atrevimento destes corruptos ao tentar chantagear o Prefeito do PMDB e ameaçar, inclusive de morte, ao Prefeito Albino Corazza e ao Juiz Wilmar Maquiavelli, homens que se pautam pela seriedade e pela honestidade.

Este fato é da maior gravidade e exige providências imediatas, inclusive da parte deste Poder que deve manifestar o seu repúdio a este tipo de prática. Por este motivo estamos passando junto aos Deputados desta Casa de Leis, sem discriminação de qualquer partido, um abaixo-assinado em solidariedade ao Prefeito e ao Juiz de Toledo, pela conduta digna e corajosa de verdadeiros homens públicos.

Era o que tínhamos a dizer.

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 159/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/86, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Tribunal

Regional Eleitoral do Paraná - A.S.F.T.R.E. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 049/87, de autoria do deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a Ação Social São Vicente de Paulo da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro na Cidade de Laranjeiras do Sul-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 051/87, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Mensageiros da Paz, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 64/86, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba" - AFIPPUC, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 010/87 (Mensagem n. 04/87 - ex-Proposição n. 14/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento com a participação da COMEC e DNPM, objetivando a prestação de mútua colaboração entre ambos, para o estabelecimento de uma ação conjunta e coordenada dos órgãos tendentes, conforme especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 011/87 (Mensagem n. 05/87 - ex-Proposição n. 15/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.12.87, entre o Estado do Paraná e o INCRA, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para execução do Plano Regional de Reforma Agrária e a implantação do Programa Básico de Assentamento dos Trabalhadores Rurais do Estado. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 012/87 (Mensagem n. 07/87 - ex-Proposição n. 17/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 17/86-SETR, celebrado em 05.12.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a TELEPAR, objetivando im-

plantação do serviço de informações por telefone denominado "Reclamações sobre Transportes Coletivos Intermunicipais". **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 13/87 (Mensagem n. 08/87 - ex-Proposição n. 18/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Revigoração datados de 03.02.87, dos Convênios n. 47 de 09.01.86, e n. 11/86 de 04.07.86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Curitiba, objetivando aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética PME/PR. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 014/87 (Mensagem n. 11/87 - ex-Proposição n. 21/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando a instalação ou funcionamento de armazéns destinados exclusivamente à conservação de produtos agrícolas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 015/87 (Mensagem n. 14/87 ex-Proposição n. 24/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, nas datas e com os objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 16/87 (Mensagem n. 17/87 ex-Proposição n. 27/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com os Municípios e objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 17/87 (Mensagem n. 19/87 - ex-Proposição n. 29/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da EMBRATUR e da PARANATUR, objetivando o aditamento firmado em 01.07.86, re-ratificar e complementar os Convênios celebrados em 05.06.79 e 03.11.80, respectivamente, no sentido de regular a participação operacional e téc-

nico-financeira das partes convenientes na execução de programas, projetos e atividades previstas nos anexos que acompanham o instrumento ora encaminhado, e visando o aditamento firmado em 26.08.86, e re-ratificação da cláusula 5.<sup>a</sup> do Convênio celebrado em 13.01.86, pelas mesmas entidades, para realização de pesquisa sobre o Turismo Emissivo e Receptivo Internacional. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helena Maranhão Busmann, ocorrido no dia 28 de maio do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Balduino Vidal Neto, do Município de Campo Largo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Moura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Jorge, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Jorge, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Jorge, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 270/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de São José dos Pinhais". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Edmundo Baade, ocorrido no dia 01 de junho do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fa-

lecimento do Senhor Oleksa Skorboharty, ocorrido no dia 26 de maio do corrente ano, nesta capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 287/85, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Motoristas de Taxi do Município de Piraquara". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 050/87, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná - SEIC". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a mudança do número de 13 para 7 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar possíveis irregularidades no contrabando de soja, café e outros produtos, no Entrepósito Paranaguá e Paraguai. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Assembléia Nacional Constituinte, por intermédio dos Senhores Relatores de Comissões Temáticas, pertinentes à Bancada Federal do Paraná, das inclusas propostas formuladas por entidades representativas da Polícia Civil do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pela passagem do 40.<sup>o</sup> aniversário de existência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Ingá - Companhia de Desenvolvimento Industrial pela autoria do Projeto Stevia". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, do editorial "Mas como atrair Indústrias?" publicado no Jornal Gazeta do Povo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Residência do Departamento Nacional de Produção Mineral, encarecendo implementação do Projeto Ar-

quitetônico da Estância Hidro-Termal Verê Ltda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, encarecendo o asfaltamento da Avenida Independência, no Bairro São Cristóvão, no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Justiça e Diretor da Assistência Judiciária Gratuita do Paraná, encarecendo a não extinção do atendimento do período noturno, na Assistência Judiciária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando modificações no sistema de Telefonia Rural, no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, viabilizando a extinção da incidência de correção monetária no período de 1.º de março de 1986 a 28 de fevereiro do corrente ano, sobre os saldos devedores relativos aos contratos firmados pelas pequenas e médias empresas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa registra a presença dos Senhores Jorge Vieira, ex-Prefeito de Umuarama e do Senhor Inácio Pereira Pinto, Vereador de Umuarama.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA,

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 64/86 e dos Projetos de Resolução ns. 10/87 à 17/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 18/87 a 21/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA; FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 01 DE JUNHO DE 1987.

#### "MAS COMO ATRAIR INDUSTRIAS?"

No seu "Fantasia Organizada", Celso Furtado diz-nos que os americanos preten-

diam ruralizar a Alemanha, que esperavam vencer na 2.ª Guerra Mundial. Empurrar sua economia para um estágio agrícola, essencialmente. Nivelar seu padrão ao dos países latinos/europeus, banhados pelo Mediterrâneo. Só bem mais tarde, porém, resolveram mudar essa estratégia e a partir de uma ótica pragmática, que lhes falava aos interesses como vencedores. Na medida em que injetassem recursos para a recriação do parque industrial alemão, principalmente no Vale do Ruhr, poderiam, mais celereamente, obter vantagens pelas compensações materiais que sofreram durante o conflito. Afinal, o destino dos vencidos é, sempre, muito amargo. Surgiu, então, o conhecido Plano Marshall, que colocou a Alemanha, muito rapidamente, num processo de plena recuperação, chegando a gerar o que se convencionou chamar de "o milagre alemão". Claro que para isto houve, também, uma reviravolta na ideologia estatizante no nacional-socialismo de Hitler. Erhard, corpanzil enorme e seu indefectível charuto e com o decidido apoio do "velho" Adenauer, levou a economia de seu país para uma realidade de mercado, com um mínimo possível de interferência estatal. Houve liberalidade de produzir e apoio do Estado, apenas, em setores considerados inalcançáveis pelo empresariado.

Não é difícil fazer paralelismo entre a ruralização que o Paraná vive, hoje, e os altos padrões sócio-econômicos existentes em São Paulo, predominantemente, Industrializado. Ainda, há pouco, o presidente da Associação dos Moageiros de Trigo do Paraná, Senhor Roland Guth, esteve em audiência com o governador Álvaro Dias. Na safra passada a triticultura paranaense deu-nos 3 milhões de toneladas. Nossa capacidade industrial moageira, porém, situa-se na ordem de 500 mil toneladas/ano. Cerca de 2 bilhões e 500 mil vão "in natura" para outros Estados - principalmente para São Paulo, voltando ao mercado consumidor paranaense de pouco mais de 8 milhões de habitantes que somos em forma de massas, biscoitos etc. Ora, qualquer primeiro-anista de economia sabe que essa realidade, significa que estamos "exportando empregos", deixando de receber tributos, diminuindo a oferta de empregos, delapidando o ganho econômico integral se tivéssemos indústrias que, nesse setor moageiro, o Paraná está necessitando para complementar o estágio que alcançamos de um dos maiores produtores agrícolas do Brasil.

Estamos ruralizados, debatendo-nos com problemas de mais estradas (vicinais, principalmente), carentes de ferrovias, de armazéns, silos, enfim, de uma infraestrutura que, ainda, precisa ser consolidada, ao mesmo tempo em que precisamos fazer

um forte, imperativo e decidido esforço para aumentar o parque industrial paranaense.

É uma verdade tão evidente quanto a claridade que o Sol nos proporciona. Sucede, porém, que a ordem de convocação para aumentar o processo industrializatório continua tão anêmica quanto as fórmulas que nos permitam desaguar nessa direção.

Tanto quanto temos ciência não existe um projeto de industrialização. Há, apenas, esforços isolados que sequer definem uma política de propósitos nessa direção. Do período de João Elísio, por exemplo, há esforço no sentido de que o lançamento de OTEs (Obrigações do Tesouro Estadual) permitam a formação de um "bolo de recursos" que se destina, específica e exclusivamente, para o atendimento de planos empresariais que aumentem a capacidade industrializatória de nosso Estado. Há, também, uma conjugação de esforços do Banestado, Badep e BRDE, não somente elegendo prioridades (agroindustrialização), mas procurando atrair indústrias e dando suporte para a expansão das que existem em nosso território. Com a extinção de determinados órgãos em função de concepções novas na nova administração, concentrou-se no Badep a força para o estímulo industrializatório. Mas

esse Banco de Desenvolvimento está vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio que, pela palavra de seu titular, no dia de sua posse, elegeria como principal bandeira de trabalho, exatamente, o processo de atrair complexos, sensibilizar lideranças empresariais no país e no exterior, a fim de que nossos passos fossem mais firmes na direção de uma atividade econômica secundária. O discurso até agora, está bem empostado. Tem sido, inclusive promocionalizado com relativa eficiência. Resta, todavia, uma decisão de vontade firme e operante, que nos proporcione a evidência de resultados. De resultados que o momento econômico da conjuntura não apresenta indicações alvissareiras. Ou, como disse o Senhor João Carlos Finardi, presidente do Banco do Estado do Paraná, "ninguém quer pagar para ser patriota", considerando-se que, hoje, o mercado financeiro está muito atraente...

Como imantar mais indústrias, porém? Este é o desafio da inteligência político-administrativa dos que estão no poder. O que parece curial é o fato de que não podemos continuar ruralizados, embora acarinhando, agora sem tanto foguetório, a condição de um dos grandes produtores de bens primários que somos no Brasil.